

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

José Francisco de Melo Neto¹

Várias concepções de extensão que chegaram ao país trazem consigo a perspectiva de que a universidade deve prestar um serviço à sociedade. Uma perspectiva que pode ser definida como uma *via de mão única*². Por outro lado, foi se desenvolvendo³ (estando, hoje, mais presente) outra compreensão em que se buscava a possibilidade de permutas nas relações entre universidade e sociedade. Essa compreensão estabelece que, pela extensão, a universidade troca conhecimento com a comunidade e a comunidade também esboça a mesma atitude em relação à universidade. Isto caracteriza a condição da extensão como uma *via de mão dupla*.

Observa-se que, em ambas as concepções, e em outras, como as desenvolvidas pelo movimento estudantil, há um domínio do tipo de prática partindo sempre da universidade. Há, além disso, uma quase total ausência da preocupação com a produção do conhecimento, perdendo a universidade a singular oportunidade de, através de alunos professores ou outros servidores, estar em contato direto com a realidade concreta onde se desenvolvem atividades extensionistas. Aliás, através dessas concepções, praticamente está descartada a possibilidade de realização de conhecimento novo. Na primeira perspectiva, a

¹ Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Educação – *Educação Popular*, Comunicação e Cultura - do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, atuando na linha de pesquisa em Fundamentos e Processos em Educação Popular. É coordenador do *Grupo de Pesquisa em Extensão Popular*.

² Existe alguma literatura sobre o assunto, destacando-se os comentários sobre as conhecidas universidades populares européias apresentados por Antonio Gramsci, no livro: *Concepção dialética da história*. Civilização Brasileira, 4^a. ed. Rio de Janeiro, 1981.

³ Esta concepção vem sendo construída pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras, desde o ano de 1987, quando da reunião realizada naquele ano, em Brasília. Nessa reunião definiu-se a concepção de extensão universitária como uma via de mão dupla. Além dessa concepção e da visão de que extensão é via de mão única, também desenvolveram-se críticas a essas concepções, sobretudo através do movimento estudantil, principalmente no Congresso da Salvador, em 1961, concluindo-se que a universidade deveria voltar-se à sociedade, às reivindicações populares. Ver ainda, POERNER, José Artur. *O poder jovem*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979. Ver também UNE, *Declaração da Bahia*. Salvador, 1961 (mimeo).

via de mão única, instala-se um canal com apenas um sentido – *da universidade para o povo*. Na via de mão dupla, mesmo existindo um duplo sentido, a possível troca, quando ocorre, se efetiva através de um conhecimento já estabelecido. Tudo isso, inspira a pergunta: *será possível o exercício de atividades extensionistas que vislumbrem a produção do conhecimento, sobretudo para os dias de hoje, ante uma ‘sociedade do conhecimento’?*

Pesquisas sobre extensão universitária vêm mostrando a ênfase que se tem dado ao desenvolvimento de atividades na perspectiva da via de mão única e na via de mão dupla, sobretudo na década de 80. Entretanto, surgem outras possibilidades no campo da extensão, tornando possível diferenciada concepção de extensão e definindo novos caminhos para a extensão. Urge, também, que se estabeleçam outros conceitos de extensão e sua correspondência prática, procurando, como orienta Pinto (1986), a superação do estudo ocioso tão presente no meio universitário, da cultura alienada, enfim, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa.

A busca por um outro conceito de extensão, voltado à perspectiva da produção do conhecimento, para a atual *‘sociedade do conhecimento’*, não carece de fundamentação na perspectiva de bases como a projeção ao povo da cultura universitária, nem de preocupações abrangentes, sem possíveis encaminhamentos para as questões sociais. Os desejos de transformações contidos em vários conceitos de extensão expressam, de forma nítida, as marcas do conservadorismo, sugerindo uma retórica da transformação, mas destituída de transformação. Na verdade, tais desejos de transformação reservam para a universidade um papel de transmissora do saber e dos métodos de ensino e pesquisa, mesmo que manifeste preocupação com *“as necessidades e fins sociais”*. O povo, os trabalhadores, contudo, permanecem silenciosos.

Extensão, na perspectiva da produção do conhecimento, não pode contemplar conceitos que expressem apenas uma *‘relação unívoca’*, que se desenvolve em um sentido - *universidade para o povo*. Esta visão não permite novas definições ou possibilidades, ao anular o espaço da contradição, uma vez que os intelectuais da universidade, professores, alunos e servidores, já definiram tudo.

Paulo Freire (1979: 22), ao interpretar as diferenciadas possibilidades conceituais de extensão, mostra que o termo aparece como *“transmissão”*; sujeito ativo (de conteúdo); entrega (por aqueles que estão *‘além do muro’*, *‘fora do muro’*). Daí falar-se em atividades

extramuros; messianismo (por parte de quem estende); superioridade (do conteúdo de quem entrega); inferioridade (dos que recebem); mecanismo (na ação de quem estende); invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõem, à daqueles que passivamente recebem). Sugere, finalmente, extensão como comunicação.

Ao se vislumbrar extensão como comunicação, permanece ausente o significado mesmo da extensão. A formulação de um conceito a partir de um outro, como o de comunicação, leva a extensão a permanecer no vazio da indefinição, tornando-se o outro substantivo. A superação desse tipo de conceito exigirá que outros demonstrem a instauração do *diálogo* como pressuposto de suas realizações, dando prioridade às metodologias que incentivam a participação dos envolvidos nesses processos. Portanto, extensão também é expressão de relações processuais, contudo, não é essa relação em si mesma.

A atividade de extensão tem sentido se interpretada como “*a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos*” (MEC, Plano Nacional de Extensão Universitária, 1999: 5). Destaque-se a necessidade da produção do conhecimento e não simplesmente a promoção de uma relação entre saberes acadêmicos e saberes populares. A busca por produção de um conhecimento transpõe a dimensão meramente de troca de saberes. Essa dimensão ocorre nas ações extensionistas, mas não se constitui, simplesmente, de processos relacionais.

A definição formulada no Fórum de Pró-Reitores, desde 1987, já vislumbra a preocupação com a “*produção do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade*” (ibid.: 5). Fazer extensão, portanto, pressupõe a ação propriamente dita, pois esta não se enquadra em mera perspectiva contemplativa da realidade. Nesse sentido, é importante ressaltar a conclusão do Fórum:

“A intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade

acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, freqüentar seus cursos regulares” (ibid.: 6).

A construção de um conceito atualizado para a ‘*sociedade do conhecimento*’ exige que se vá além das possibilidades apontadas, buscando as relações internas existentes nas instituições promotoras de extensão, como a universidade. Preocupa-se também com as questões que a realidade objetiva mais expõe àqueles que desenvolvem atividades de extensão. É nessa perspectiva que se torna possível encontrar uma definição de extensão, nas conclusões do Fórum de Pró-Reitores. Nessa condição, a extensão busca atender as multiplicidades de perspectivas em consonância com os seguintes princípios: a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades da região; a universidade não pode entender-se como detentora de um saber pronto e acabado; a universidade deve participar de todos os movimentos sociais, visando à construção da cidadania. Nesse aspecto, a extensão pode “*ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visam à transformação social*” (ibid.: 8).

A extensão, como trabalho social, passa a aparecer nas práticas desenvolvidas em universidades. Analisando-se a presença de indicadores⁴ em relatórios e textos produzidos na década de 1980, pode-se observar que 19,75% das possibilidades de se realizar extensão, naquele ambiente pesquisado, voltam-se à perspectiva de um fazer extensão como trabalho social útil. Embora não expressem ainda percentuais que mostrem uma tendência, tais possibilidades indicam outros caminhos possíveis ao exercício da extensão universitária – *extensão como um trabalho social útil*. Sobre esse trabalho, Marx (1982: 202) acrescenta:

“É um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana”.

⁴ *Extensão universitária como trabalho social*, pesquisa realizada na década de 90, na Universidade Federal da Paraíba, com bolsistas do CNPq/PIBIC/UFPB, apresentando os seguintes resultados parciais: atividades extensionistas na perspectiva da via da mão única com 68,92% do total das atividades naquela década; na perspectiva da via de mão dupla, com 11,33% e na perspectiva de trabalho social, com 19,75%.

Ver, também, MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária – uma análise crítica*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

Nesta perspectiva, torna-se possível vislumbrar a extensão como um trabalho que se volta à produção do conhecimento novo, dando um papel social a esse produto da atividade extensionista. Entendendo-se a extensão como um trabalho⁵, pressupõe-se que a sua ação resultante seja uma ação deliberada, criando um produto. Esse produto se chama conhecimento para a transformação social. Ora, é o trabalho expresso como outro conhecimento que se presta para a efetivação dessa possibilidade, sendo constituído “*a partir da realidade humana, e só com ela é possível criar-se um mundo, também, mais humano. É pelo trabalho que se vai transformando a natureza e criando cultura* (Melo Neto, 1996: 19).

A extensão, tendo como dimensão principal o trabalho, será criadora de cultura. Para Saviani (1989: 9), “*esse mundo humano vai se ampliando progressivamente com o passar dos tempos*”. Portanto, pelo trabalho é que se torna possível conhecer um mundo, agora ampliado, onde o homem atua.

Extensão é, assim, um trabalho social útil sobre a realidade, realizando-se como processo dialético de teoria e da prática dos envoltos nesse trabalho, externando um produto que é o conhecimento novo, cuja produção e aplicabilidade possibilitam o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo.

Ao se pensar a extensão universitária como trabalho, vê-se que este trabalho não se exerce, apenas, a partir dos participantes da comunidade universitária, servidores e alunos. Na sua dialeticidade, exige a dimensão externa à universidade, que é a participação de pessoas da comunidade ou mesmo de outras instituições da sociedade civil, como os movimentos sociais. Está aí presente uma relação ‘biunívoca’, para onde os participantes da universidade e os de outras instituições ou da comunidade confluem.

Esse trabalho realiza-se sobre a realidade objetiva. Um trabalho cooperado que traz consigo as tensões de seus próprios componentes em ação e da própria realidade objetiva. Um trabalho onde se definem objetos de pesquisa para a realização e construção desse conhecimento, para a transformação ou reformulação de verdades estabelecidas. Um

⁵ A pesquisa procura destacar indicadores com suas frequências em relatórios, planos ou programas de extensão, na década de 1980, que denotam a presença de atividades extensionistas nas variadas perspectivas de via de mão única, via de mão dupla e trabalho social. Caracterizam-se como indicadores de trabalho social os termos: *apropriação, trabalho permanente, trabalho continuado, espaço de trabalho*.

trabalho de busca do objeto tanto para a pesquisa como para o ensino, constituindo-se como possibilidade concreta de superação da própria pesquisa e ensino que são realizados, com frequência, fora da realidade objetiva.

Portanto, a produção do conhecimento novo, a partir da realidade objetiva, faz-se no sentido de que a realidade social é determinada e não dada como obra natural. Há relações específicas que a determinam, respondendo a uma certa causalidade. Nesse sentido, a realidade social é determinada e sua explicação só é possível quando for possível apreender sua determinação. Trata-se, portanto, de um exercício rigoroso, que parte de abstrações na busca das determinações dessa realidade concreta. O concreto real é uma abstração. Parte de abstrações na busca das definições da realidade concreta, tendo-se todavia a realidade concreta como anterioridade nesse processo de busca de conhecimento novo. O concreto é, em suma, expressão de uma síntese em que, pelo exercício do pensamento e da abstração, tenta-se o seu desvelamento. Esse movimento expressa um triplo caminho que vai da realidade(concreta) através da abstração; dessas abstrações, mantendo o concreto, caminha-se para a chegada de um novo concreto, aquele tomado como ponto de partida, agora, acrescido das abstrações: *o conhecimento novo*.

O caminho das abstrações conduz para a definição de categorias desse real, buscando aquelas mais simples, porém com possibilidade de maiores explicações para a situação em que se encontram aquela realidade e as situações de determinação. Assim, é que se percorre o caminho da produção de abstrações mais gerais com condições explicativas da situação de vida daquela comunidade. Com essas abstrações mais gerais, torna-se possível a compreensão da situação do momento em que se vive, possibilitando além disso maiores e melhores explicações históricas das determinações de cada momento histórico dos objetos de estudo. Assim, torna-se possível a definição daqueles instrumentos teóricos, das categorias teóricas que possibilitam, finalmente, definir-se de que forma montar a análise e por onde começá-la, buscando resposta às questões levantadas. É um processo de trabalho que vislumbra a produção do conhecimento social e útil, capaz de tentar superar a realização do trabalho alienado.

Este trabalho social gera um produto que também apresenta suas contradições, mas que se constituirá, sobretudo, como uma mercadoria social, na medida em que é, produzida por aqueles que realizam a extensão. Um produto, seja conhecimento teórico ou

tecnológico, que precisa ser gerenciado pelos produtores principais: instituições (agentes da universidade) e comunitários. Isto é importante para tornar possível a socialização desse produto, caracterizando esse momento como o da devolução das análises ou outros produtos aos seus produtores. Isto possibilita, hoje, um novo agir sobre a realidade gerando conhecimento através da extensão, na direção das necessárias transformações, buscando-se a superação de processos de exclusão e promotores de injustiças.

A realidade política do país, no atual momento histórico, é um forte apelo e uma possibilidade concreta da universidade tornar-se ainda mais útil aos olhos da sociedade. A extensão como trabalho social útil é uma possibilidade.

Referências

BRASIL. *Plano nacional de extensão*. Ministério da Educação. Brasília. 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Civilização Brasileira, 4^a ed. Rio de Janeiro, 1981.

GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* Cortez: autores associados. Universidade Federal do Ceará. São Paulo, 1986.

MAGALHÃES, Andréa Tavares A. *Extensão universitária na perspectiva de trabalho social*. (Relatório parcial de pesquisa PIBIC/CNPq/UFPB). João Pessoa, jul/1999.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Livro primeiro, Volume I, 8^a edição. Tradução de Reginaldo Sant'Ana, Difel, São Paulo, 1982.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária: em busca de outra hegemonia*. *Revista de Extensão*. Ano 1, n^o 1, junho de 1996. Editora da Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 1996.

_____. *Extensão universitária – uma análise crítica*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

_____. *Dialética – uma introdução*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. *A questão da universidade*. São Paulo, Cortez,: Autores Associados, 1986.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnia*. Ministério da Saúde. Fundação Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro: 1989.

UNE. União Nacional dos Estudantes. *Declaração da Bahia*. Salvador, 1961 (mimeo).